

## OS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL NA PERSPECTIVA HISTÓRICA

MICAELA SOUZA DOS SANTOS FERNANDES<sup>1</sup>  
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

**Resumo:** O presente artigo se refere a uma pesquisa em andamento que versa em analisar o processo de criação dos Conselhos de Educação como propositores e fiscalizadores de políticas educacionais, especificamente no que diz respeito às políticas de financiamento. A importância da pesquisa se justifica pela necessidade de compreender o financiamento da educação em âmbito histórico e político como campo de estudo das análises de políticas públicas educacionais e o efetivo funcionamento dos Conselhos de Educação como uma interface fiscalizadora do uso destes recursos. O percurso metodológico partirá de um levantamento bibliográfico, por meio dos estudos de Guilherme e Santos (2019), Cortês (2005), Cury (2006), Nunes (2004), Souza e Vasconcelos (2006) para aprofundar as reflexões sobre os Conselhos de Educação no campo da História da Educação Brasileira. Gadotti (2013), Gohn (2006, 2008, 2011) e Braga (2015) serão base de diálogo para aprofundar as reflexões sobre o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb. Espera-se demonstrar que os Conselhos foram pensados em diferentes contextos e foram assumindo responsabilidades e compromissos específicos, como o financiamento da educação básica em âmbito nacional, estadual e municipal.

**Palavras-chave:** Conselhos de Educação. Financiamento. História da Educação.

4996

**Abstract:** This article refers to ongoing research that aims to analyze the process of creating Education Councils as proponents and monitors of educational policies, specifically with regard to financing policies. The importance of the research is justified by the need to understand the financing of education in a historical and political context as a field of study for the analysis of public educational policies and the effective functioning of Education Councils as an interface to monitor the use of these resources. The methodological path will start from a bibliographical survey, through studies by Guilherme and Santos (2019), Cortês (2005), Cury (2006), Nunes (2004), Souza and Vasconcelos (2006) to deepen reflections on the Councils of Education in the field of History of Brazilian Education. Gadotti (2013), Gohn (2006, 2008, 2011) and Braga (2015) will be the basis for dialogue to deepen reflections on Fundeb's Social Monitoring and Control Council. It is expected to demonstrate that the Councils were designed in different contexts and assumed specific responsibilities and commitments, such as financing basic education at national, state and municipal levels.

**Keywords:** Education Councils. Financing. History of Education.

### Introdução

Partindo do interesse anunciado, a justificativa desta pesquisa se apoia, principalmente, em mostrar a relevância de compreender em uma perspectiva histórica o processo de criação e

consolidação dos Conselhos de Educação como uma interface fiscalizadora do uso de recursos públicos. Cabe ainda explicar, que é relevante para melhor compreender a natureza e o funcionamento desses conselhos, o que pressupõe aprofundar conhecimentos na pesquisa de/sobre políticas educacionais via o campo da História da Educação.

Diante de tal constatação, problematiza-se neste estudo como o Estado fomentou experiências de Conselhos com foco na gestão, na participação social e na fiscalização dos recursos da educação básica em um processo histórico e político que foi se consolidando em nossa sociedade brasileira? Nessa direção, interessa investigar a criação dos Conselhos de Educação e as suas competências, analisando a sua função direta e indireta na fiscalização e na proposição das políticas públicas vinculadas ao financiamento da educação básica em âmbito nacional, estadual e municipal.

Para desenvolver o estudo, iniciaremos com um levantamento bibliográfico inicial. Será utilizado como suporte teórico os estudos e as obras de autores e autoras que ajudam a pensar sobre os conselhos como objeto de análise. Apresentamos a seguir uma breve discussão das produções que mais se aproximaram do nosso objeto de pesquisa.

Júlio César Alves da Silva (2021) em sua dissertação de mestrado “Atuação do Conselho Municipal de Educação de Vila Velha em contextos empobrecidos” tem como objetivo analisar a participação do Conselho Municipal de Educação de Vila Velha (CMEVV) na elaboração de políticas públicas para o município como compreender, historicamente, a criação dos conselhos e destacar a importância e o reconhecimento dos Conselhos Municipais de Educação ao longo do tempo, apresentando um Livro-Encarte que contribua para a compreensão da História dos Conselhos Municipais de Educação.

Na busca de estudos nas Revistas Brasileiras de Educação da ANPED- RBE, os artigos quem embora não tratem do tema dessa pesquisa como objeto, mas menciona de forma que merece uma reflexão são:

Maria da Glória Gohn (2011), em seu artigo “Movimentos sociais na contemporaneidade”, aborda sobre os conselhos gestores da educação na esfera pública e retoma a ideia da participação cidadã, onde afirma que esses conselhos são frutos de demandas populares antigas, organizadas em movimentos sociais, ou de grupos de pressão da sociedade civil pela redemocratização do país.

Para as autoras Maria Ciavatta e Marise Ramos (2012, p. 19) A "era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres, o Conselho Nacional de Educação se apresenta enquanto órgão colegiado regulamentador, cuja atribuição é a discussão e formulação

da política educacional, entretanto, “como instância de poder, torna-se campo de disputa por hegemonia entre classes e frações de classes, sendo a política curricular o objeto específico dessa disputa”

Neusa Chaves Batista (2018), o processo de construção da gestão democrática nos sistemas de ensino conselhos municipais de educação é induzida pelo MEC, e em relação aos Conselhos de Educação, a autora afirma a existência de uma relação historicamente conflituosa no que diz respeito ao compartilhamento das decisões para a educação municipal.

Geruza Cristina Meirelles Volpe (2013), em seu artigo “O financiamento da educação de jovens e adultos em municípios mineiros no período de 1996 a 2006: até quando migalhas?” mostra a importância dos conselhos municipais como órgão de controle social mais eficientes e independentes na fiscalização do uso dos recursos e da prestação de serviços e em muitos municípios, serem formados por indivíduos vinculados aos mesmos grupos que controlam o poder local.

Na construção do embasamento teórico que serve para compreender os fatos que se investiga acerca da origem dos Conselhos de Educação no Brasil foram consideradas algumas contribuições.

Carlos Cury (2006) aborda sobre a evolução histórica dos Conselhos de Educação no Brasil, com funções consultiva, normativa e fiscalizadora, tenho como um dos seus fundamentos o ordenamento jurídico na garantia constitucional e defesa de direitos.

José Marcelino de Rezende Pinto (2008, p. 153) discorre sobre a origem dos conselhos entre os grupos humanos primitivos, que se reuniam para resolver problemas não previstos nos marcos de sua tradição normativa. Ele destaca que nas sociedades grecoromanas e na Idade Média reside a origem mais remota para tomada de decisões coletivas, geralmente na forma de “conselhos de notáveis”.

No contexto brasileiro, Soraya Côrtes (2005) traz um arcabouço histórico-institucional sobre os conselhos municipais no Brasil, afirma que os conselhos não são órgãos novos, já existiam antes do processo constituinte que deu origem à CF/88 e aparecem na estrutura e organização da educação desde o império do Brasil.

Nesse mesmo sentido, a autora Antonietta Nunes (2004) traz uma importante contribuição para o campo da história da educação na Bahia, ao refletir que desde o ano de 1835, a Província da Bahia já organizava leis orçamentárias com verbas próprias para atender as necessidades do sistema provincial de ensino público, por meio das Assembleias Legislativas Provinciais.

De acordo com a referida autora, vamos encontrar a iniciativa pioneira da província da Bahia na criação do Conselho de Instrução Pública pela lei provincial baiana nº 172 de 25 de março de 1842, composta por seis membros e com regulamento próprio. E em âmbito nacional, a criação do Conselho Geral de Instrução Pública em 1846.

Genuíno Bordigon (2020) contribui para a pesquisa do tema ao realizar estudo sobre os Conselhos Superior de ensino criado em 1911 e transformado em Conselho Nacional de Ensino em 1925, com propostas essencialmente técnicas, didático-pedagógica ao ensino superior.

O mesmo é afirmado por, Guilherme e Santos (2019, p. 6), ao analisar a criação do Conselho Nacional de Educação que se deu em 1931, no Governo Getúlio Vargas, através do conjunto documental de atas, nos apresenta o caráter consultivo desse órgão, tendo como uma das atribuições “sugerir providências tendentes a ampliar os recursos financeiros” em regime de colaboração.

Ao refletirem sobre a Caixa escolar na historiografia educacional brasileira, Luz e Anjos (2022) afirmam a existência nos fins do Império com finalidade de atender as necessidades das crianças pobres, em alguns casos o Estado deslocava a responsabilidades para os particulares, entretanto, observa que a caixa escolar como mecanismo inovador de financiamento favoreceu a permanência da criança pobre na escola.

A esse respeito, Zonin, Silva e Petry (2018) analisam a constituição da caixa escolar visava a assistência dos estudantes por meio de doação de materiais escolares, uniformes, merenda, transporte e cuidados médicos e dentários.

Com a Constituição de 1988, Maria da Glória Gohn (2011) ressalta que os conselhos gestores municipais foram inseridos na esfera pública por força de lei, por meio da política de *descentralização* financeira dos recursos pela União aos Estados e Municípios enquanto mecanismo de controle dos recursos públicos.

### **O Conselho de Acompanhamento e Controle Social**

Sob este enfoque, Souza e Vasconcelos (2006), apresenta uma análise dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) e os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACSS), constituídos na década de 1990, onde a participação da população nas gestões municipais ganhou força. Todavia, é perceptível que a participação democrática nas tomadas de decisões nas gestões públicas municipais ainda não acontece de forma efetiva, o que gera uma deficiência nas políticas públicas sociais, especificamente nas políticas públicas educacionais.

É nesse contexto que surge a ideia de aprofundar o estudo sobre os Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACCS). Esse Conselho passou a ser regulamentado pela Lei nº 9.424, que dispôs sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), substituída pela Lei nº 11.494/07 que instituiu o Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e atualmente é regida pelo novo FUNDEB permanente, a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Comumente, nesse contexto estudado, apesar das ações voltadas para o financiamento da educação serem históricas, e mesmo que exista a lei do FUNDEB exigindo que todo município possua um conselho municipal de fiscalização do Fundo da Educação Básica ou uma câmara do FUNDEB integrada ao Conselho Municipal de Educação, cabendo-lhe a fiscalização das contas públicas da educação, zelando pela sua transparência e emitindo o devido parecer antes que as contas municipais sejam encaminhadas ao Tribunal de Contas, essa temática do financiamento ainda vem sendo marcada por constantes ciclos de avanços e retrocessos.

Mudanças importantes na composição dos conselhos foram definidas para determinar que a representação efetiva dos diferentes segmentos seja indicada pelos seus pares, conforme a Portaria nº 808, de 29 de dezembro de 2022 (MEC, 2022, p.244) que designa sobre a nova composição. Em âmbito municipal:

5000

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
  - b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
  - c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
  - d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
  - e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
  - f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.
- § 1º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver:
- I - 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);
  - II - 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;
  - III - 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;
  - IV - 1 (um) representante das escolas indígenas;
  - V - 1 (um) representante das escolas do campo;
  - VI - 1 (um) representante das escolas quilombolas

A participação social e popular das populações do campo, comunidades quilombolas e os povos indígenas representam o fortalecimento do conselho gestor para uma gestão com justiça social das políticas públicas.

No entanto, a pluralidade democrática de participação popular deve ir além da função integradora e representativa, mais uma função mobilizadora de caráter político e social, pois os conselhos gestores, efetivamente representados pelos movimentos sociais “são novos instrumentos de expressão, representação e participação e de potencial de transformação política”, de acordo com a avaliação de Gohn (2011).

Apesar da atuação dos conselheiros está legalmente referendada pela legislação brasileira, a realidade constatada ainda apresenta fragilidades e retrocessos, como evidencia a pesquisa de Gohn (2006) a saber: atuam em porções fragmentadas, que não se articulam com as outras áreas ou conselhos da Administração Pública; há necessidade de qualificação com pré-requisitos mínimos para que um cidadão se torne um conselheiro; não possuem instrumentos jurídicos de apoio às suas deliberações; o exercício dos conselhos deve ser passível de fiscalização e avaliação e falta uma definição mais precisa das competências e atribuições dos conselhos gestores e de sua relação com o Poder Legislativo.

Outro ponto relevante que deve ser apontado é a dependência dos CACS-FUNDEB com relação às prefeituras, uma das maiores vulnerabilidades apontadas pela literatura para o funcionamento adequado destas instituições (BRAGA, 2015).

Nesse contexto, Pontes (2015) ainda discorre que capacitação dos CACS do FUNDEB se coloca como um aspecto vital, sendo o principal desafio para o efetivo funcionamento desse espaço de participação como uma interface fiscalizadora do uso de recursos públicos.

Nessa linha de pensamento, nas reflexões de Soares (2011, p. 94) destaca que:

A formação dos Conselheiros é um dos principais mecanismos para o fortalecimento dos Conselhos, principalmente para que cada membro obtenha um domínio maior sobre contabilidade e orçamento público, para que possam atuar de forma independente, apontando as falhas que porventura observarem nas prestações de contas, a fim de que possam emitir pareceres consistentes.

É importante que se defenda a necessidade de políticas públicas de formação de conselheiros para um maior fortalecimento da prática participativa do conselho do CACS do FUNDEB e a participação da sociedade civil na gestão pública.

Considerando nosso interesse em discutir o Controle Social exercido pelos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (CACS/FUNDEB), bem como, a necessidade em se verificar a relevância, realizamos um levantamento bibliográfico para verificar a produção existente de dissertações e/ou teses que tiveram como tema o controle social dos recursos da Educação, mais precisamente sobre a atuação dos Conselhos de

Acompanhamento para a efetivação do controle social. Apresentamos a seguir uma breve discussão sobre as algumas produções que mais se aproximaram do nosso objeto de pesquisa.

### **Metodologia**

Por se tratar de uma pesquisa histórica, elegeu-se o conceito de paradigma indiciário, de GINZBURG (1989), que significa um conjunto de procedimentos centrado no detalhe, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintomas para realizar análise de fatos documentais, realizando um mapeamento e rastreamento de pistas.

O procedimento metodológico consiste em uma pesquisa documental com estudo de caso. pretende-se aprofundar as reflexões sobre o Conselho do FUNDEB como espaço de representatividade que ocupa no município. E, como segundo passo metodológico, nos apoiaremos em um levantamento documental, a partir dos Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino da Bahia, entre o período 1830 a 1839, disponível online pela Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), a fim de localizar os projetos de institucionalização dos Conselhos da Educação e os debates a respeito dos recursos financeiros.

Também, iniciaremos uma busca pela constituição e pela criação dos Conselhos gestores do FUNDEB, a partir da consulta a sítios institucionais dos Conselhos gestores da Educação e Secretarias de Educação dos municípios do Sul da Bahia, com apoio de dados qualitativos para interpretar os significados e significantes presentes no cenário de investigação.

Temos como intenção de pesquisa estudar as experiências de Conselhos gestores do FUNDEB entre os Municípios do Sul da Bahia, de modo a tomar como instrumento de coleta de dados a entrevista com os conselheiros do CACS, a fim de levantar informações sobre a atuação dos conselheiros do FUNDEB no CACS, complementando as informações registradas nos documentos. O cruzamento de fontes, via análise documental e entrevistas, consiste um movimento necessário para observar a legitimidade das informações, mas também as incoerências nos discursos.

A partir desse levantamento, tem-se como intenção reconhecer os Conselhos de Educação abordados e analisar os destaques dado pelos Conselhos ao campo do financiamento da educação e propor medidas para melhorar a atuação do CACS/FUNDEB.

### **Resultados e discussões**

Os resultados de pesquisa, aqui apresentados, foram coletados por meio de uma revisão de literatura em relação as contribuições da área da História da Educação com recorte que compreende o período que vai de 2010 a 2022. Utilizamos uma metodologia de natureza bibliográfica para identificar as publicações utilizando as palavras-chave: “conselho de acompanhamento e controle social”, “conselho de educação” e “FUNDEB” no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nas Revistas Brasileira de Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Precisamos destacar que, antes de proceder a um processo de refinamento, realizamos uma busca geral. Para essa primeira busca de resultados no sistema da CAPES, utilizamos o descritor “Conselho de educação” e obtivemos o montante geral de 1.192 (um mil cento e noventa e dois) dos trabalhos de mestrado e doutorado e 4655 (quatro mil seiscentos e cinquenta e cinco) pela BDTD entre trabalhos de mestrado e doutorado distribuídos nas diversas áreas de conhecimento. Direcionando as buscas para as Revistas Brasileira de Educação da ANPED, obtivemos 44 (quarenta e quatro) artigos, conforme mostra o quadro 1.

**QUADRO 1 - TESES E DISSERTAÇÕES PRESENTES NO SISTEMA DA CAPES E DA BDTD (2010 A 2022) E RBE (1996 – 2022) / DESCRITOR: “ CONSELHO DE EDUCAÇÃO ”**

<b>CONSELHO DE EDUCAÇÃO</b>				
	<b>TESES</b>	<b>DISSERTAÇÕES</b>	<b>ARTIGOS</b>	<b>TOTAIS</b>
CAPES	280	912	-	1.192
BDTD	1238	3417	-	4655
RBE	-	-	44	44

Fonte: elaborado pelo autor, com base na pesquisa realizada no catálogo da CAPES, BDTD e RBE (2023).

Quanto ao descritor “FUNDEB”, o sistema CAPES nos forneceu de 272 (duzentos e setenta e dois) os trabalhos de mestrado e doutorado e 251 (duzentos e cinquenta e um) pela BDTD entre trabalhos de mestrado e doutorado distribuídos nas diversas áreas de conhecimento. Direcionando as buscas para as Revistas Brasileira de Educação da ANPED, obtivemos 24 (vinte e quatro) artigos, conforme mostra o quadro 2.

**QUADRO 2 - Teses e Dissertações presentes no sistema da CAPES e da BDTD (2010 a 2022) e RBE (1996 – 2022) / Descritor: “FUNDEB”**

<b>FUNDEB</b>				
	<b>TESES</b>	<b>DISSERTAÇÕES</b>	<b>ARTIGOS</b>	<b>TOTAIS</b>
CAPES	59	213	-	272
BDTD	59	192		251
RBE	-	-	24	24

Fonte: elaborado pelo autor, com base na pesquisa realizada no catálogo da CAPES, BDTD e RBE.

Utilizando o descritor “Conselho de acompanhamento e controle social” e levantamos o quantitativo de 63 (sessenta e três) trabalhos de mestrado e doutorado nos acervos da CAPES e 226 (duzentos e vinte e seis) nos repositórios de teses e dissertações da BDTD. Direcionando as buscas para as Revistas Brasileira de Educação da ANPED, obtivemos 02 (dois) artigos, conforme mostra o quadro 3.

**QUADRO 3 - Teses e Dissertações presentes no sistema da CAPES e da BDTD (2010 a 2022) e RBE (1996 – 2022) / Descritor: “CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL”**

<b>CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL</b>				
	<b>TESES</b>	<b>DISSERTAÇÕES</b>	<b>ARTIGOS</b>	<b>TOTAIS</b>
CAPES	11	52	-	63
BDTD	48	178		226
RBE	-	-	02	02

Fonte: elaborado pelo autor, com base na pesquisa realizada no catálogo da CAPES, BDTD e RBE (2023).

Após as análises realizadas com as teses de doutorado, dissertação de mestrado e artigos científicos, convém ressaltar que as pesquisas sobre o Conselho de educação direcionada ao financiamento da educação são escassas, esse foi o ponto mais relevante nesta pesquisa, porque foi buscado em três bases de dados estudos sobre os Conselhos de acompanhamento e controle social e foi encontrado poucos que atendessem todos os descritores aqui utilizados, tendo a necessidade de se discutir sobre os conselhos de educação vinculados com a temática do FUNDEB, nas produções acadêmicas.

### **Considerações Finais**

A presente pesquisa está em processo de construção. Diante disso, a partir de algumas análises prévias, percebemos que as pesquisas sobre o Conselho de Educação direcionada ao controle social e financiamento da educação, no campo da História da Educação são escassas, pois a maioria dos estudos abordam sobre os Conselhos na perspectiva da Política Pública Educacional, logo a trajetória histórica é pouco mencionada.

Esperamos observar, historicamente, como os Conselhos foram pensados em um determinado contexto, assumindo responsabilidades e compromissos específicos.

Assinalamos para a necessidade de desenvolvimento pesquisas científicas na área, principalmente aos estudos relativos aos CACSs sobre o desempenho dos conselhos gestores do Fundeb, a realidade operacional, e os meios de articulação institucional entre a sociedade civil organizada e os organismos governamentais, como tal, representam forças sociais organizadas e contribuem para o fortalecimento de novos sujeitos políticos.

## Referências

- ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação. In: **Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade**, p. 95-103, 2013.
- BATISTA, Neusa Chaves. A gestão democrática da educação básica no âmbito do plano de ações articuladas municipal: tensões e tendências. In: **Revista Brasileira De História Da Educação – RBHE**. v. 23 - e230008. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/BCCxLLqNDtzp54yKpBtYmWm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- BORDIGNON, Genuíno. **Conselhos de Educação do Brasil ( 1842-2020): trajetórias nos cenários da história**. Curitiba: CRV: 2020. 272p.
- BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. **Conselhos do FUNDEB: participação e fiscalização no controle social da educação**. Curitiba: Appis, 2015.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 14113 de 25 de dezembro de 2020**. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Disponível em: <<https://shre.ink/r0Kb>>. Acesso em 30 set. 2023.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Brasília, DF, 2007. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm)>. Acesso em: 30 set. 2023.
- CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. In: **Revista Brasileira De História Da Educação - RBHE**. v. 17 - n. 49. jan.-abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/nDS3v6XBFdjG3jQGLRk687m/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- CORTÊS, S. M. V. **Arcabouço histórico-institucional e a conformação dos conselhos municipais de políticas públicas**. Educar, Curitiba, n.25, p.143-174, 2005.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Conselhos de Educação: fundamentos e funções. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 22, n. 1, 2006.
- DE LIMA, D.; ADRIANA MARIA PAULO DA SILVA. O grêmio dos professores primários de Pernambuco fabricando bons hábitos: “a caixa escolar” (1883-1884). **Educação: Teoria e Prática**, v. 31, n. 64, p. e24[2021], 15 jun. 2021.
- FREITAS, Wesley RS; JABBOUR, Charbel JC. Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. In: **Revista Estudo & Debate**, v. 18, n. 2, 2011.
- GINZBURG, C. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e gestão pública**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 42, n. 1, p. 5-11, jan./abr. 2006.

\_\_\_\_\_, Maria da Glória. Conselhos municipais de acompanhamento e controle social em educação: participação, cidadania e descentralização? In: SOUZA, Donaldo Bello de. **Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania.** São Paulo: Xamã, 2008.

\_\_\_\_\_, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação.** v. 16 n. 47. maio-ago. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt\\_](https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt_). Acesso em: 30 ago. 2023.

GUILHERME, Willian Douglas; SANTOS, Sônia Maria dos. O Conselho Nacional de Educação: 1931 a 1936. In: **Revista Brasileira de História da Educação,** v. 19, 2019.

LUZ, A. S.; ANJOS, J. J. T. A caixa escolar na historiografia educacional brasileira recente (2011-2021). In: **Revista Contemporânea de Educação.** Rio de Janeiro, v. 17, n. 39, p. 175-193, mai./ago. 2022.

MAGALHÃES, Justino. Municípios e História da Educação. In: **Cadernos de História da Educação,** v. 18, n. 1, p. 9-20, jan./abr. 2019

MINISTERIO DE EDUCACAO. **Portaria N° 808,** de 29 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/portariafnden808de29dez22cadastroconselhosdofundeb.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

MONLEVADE, João Antônio. A importância do Conselho Municipal de Educação na elaboração, implantação e acompanhamento da execução Do PME. In: **Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Pró-Conselho.** Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004 Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cme\\_cadrefer.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cme_cadrefer.pdf). Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

NUNES, Antonieta de Aguiar. **A formação dos sistemas públicos de educação no séc.XIX e sua efetivação na província da Bahia.** SSA:RIGHBa, v 99, 2004, p. 31.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2012.

PINTO, José Marcelino de Resende. O potencial de controle social dos conselhos do Fundef e o que se pode esperar dos Conselhos do FUNDEB. In: SOUZA, Donaldo Bello de (Org.). **Conselhos Municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania.** São Paulo: Xamã, 2008.

PONTES, A. G. **Atuação dos conselhos de políticas públicas do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação no combate à corrupção.** 2015, 76 f., Dissertação (Mestrado Profissional em Administração)- Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20933>. Acesso em: 29 set. 2022.

SILVA, Júlio César Gonçalves da. **O controle social e o Fundeb: possibilidades e limites da participação da sociedade civil nas políticas públicas em educação.** Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro. 2010.

SOARES, Lucineide M. dos S. **Controle social dos recursos do FUNDEF/FUNDEB do município de Teresina (2004 a 2009).** 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011. Disponível em:  
[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11062021-160230/publico/lucineide\\_maria\\_dos\\_santos\\_soares\\_rev.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11062021-160230/publico/lucineide_maria_dos_santos_soares_rev.pdf). acesso em: 24 set. 2022.

SOUZA, Donaldo Bello de; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **Os conselhos municipais de educação no Brasil**: um balanço das referências nacionais (1996-2002). Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 14, p. 39-56, 2006.

VOLPE, Geruza Cristina Meirelles. O financiamento da educação de jovens e adultos em municípios mineiros no período de 1996 a 2006: até quando migalhas?. In: **Revista Brasileira De História Da Educação – RBHE**. v. 18 n. 54. jul.-set. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gSVXPkxKkB8wsVyLB567Tpd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZONIN, S. A. **A caixa escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

Autor 1:



Micaela Souza dos Santos Fernandes

Mestranda em Educação (PPGE-UESC), bolsista FAPESB. Integrante do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação (GRUPPHED), UESC, Ilheus-BA, Brasil.

Email: [mssfernandes.ppge@uesc.br](mailto:mssfernandes.ppge@uesc.br).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1927713012069662>

Orcid:

5007